



AMC - CE
Agente de Trânsito

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	48

RACIOCÍNIO LÓGICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	22

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	24

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

NOÇÕES DE ÉTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	24

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	13

SUMÁRIO



1. IMPARH - Tec (IJF Fortaleza)/Pref Fortaleza/Higiene Dental/2020

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Um advogado tinha doze filhos, precisava sair da casa onde morava e alugar outra, mas não conseguia por causa do monte de crianças.

Quando ele dizia que tinha doze filhos, ninguém queria alugar, porque sabiam que a criançada iria destruir a casa, e ele não podia dizer que não tinha filhos, não

podia mentir; afinal os advogados não mentem. Ele estava ficando desesperado, o prazo para se mudar estava se esgotando.

Daí teve uma ideia: mandou a mulher ir passear no cemitério com onze dos filhos.

Pegou o filho que sobrou e foi ver casas junto com o agente da imobiliária. Gostou de uma, e o agente perguntou quantos filhos ele tinha. Ele respondeu que tinha doze.

Daí o agente perguntou: “Mas onde estão os outros?”.

E ele respondeu, com um ar muito triste: “Estão no cemitério, junto com a mamãe deles”.

E foi assim que ele conseguiu alugar uma casa sem mentir... MORAL: A inteligência faz a diferença; não é necessário mentir, basta escolher as palavras certas.

Adaptado de <https://www.facebook.com/diariojurista/posts/584960891622563>. Acesso em 02/03/2020.

No trecho “**Ele respondeu que tinha doze**” (l. 08), contam-se quantas vogais e quantas semivogais?

- (A) 11 vogais e 01 semivogal.
- (B) 10 vogais e 01 semivogal.
- (C) 09 vogais e 02 semivogais.
- (D) 08 vogais e 02 semivogais.

2. IMPARH - PTNM (SDHDS)/PREF FORTALEZA/EDUCADOR SOCIAL/2018

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Os professores

Achei por muito tempo que ia ser professor. Tinha pensado em livros a vida inteira, era-me imperiosa a dedicação a aprender e não guardava dúvidas acerca da importância de ensinar. Lembrava-me de alguns professores como se fossem família ou amores proibidos. Tive uma professora tão bonita e simpática que me serviu de padrão de felicidade absoluta ao menos entre os meus treze e os quinze anos de idade.

A escola, como mundo completo, podia ser esse lugar perfeito de liberdade intelectual, de liberdade superior, onde cada indivíduo se vota* a encontrar o seu mais genuíno, honesto caminho. Os professores são quem ainda pode, por delicado e precioso ofício, tornar-se o caminho das pedras na porcaria do mundo em que o mundo se tem vindo a tornar.

[...]

As escolas não podem ser transformadas em lugares de guerra. Os professores não podem ser reduzidos a burocratas e não são elásticos. Não é indiferente ensinar vinte ou trinta pessoas ao mesmo tempo. Os alunos não podem abdicar da maravilha nem do entusiasmo do conhecimento. E um país que forma os seus cidadãos e depois os exporta sem piedade e por qualquer preço é um país que enlouqueceu. Um país que não se ocupa com a delicada tarefa de educar, não serve para nada. Está a suicidar-se. Odeia e odeia-se.

*votar-se = dedicar-se

HUGO MÃE, Valter. In <https://www.revistaprosaversoarte.com/belissima-reflexao-os-professores-por-valter-hugo-mae>. Acesso em 18/03/2018.

Assinale a alternativa em que há um ou mais erros referentes à ortografia oficial segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – AOLP 1990 (Decreto nº 6.583, de 29/09/2008).



Raciocínio lógico

1. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/Finanças e Controle/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

O lema apresentado em nossa bandeira — Ordem e Progresso — é a diretriz escolhida para nortear a conduta da sociedade brasileira, e a expressão desse lema pela sociedade é consequência de sua maturidade social e de seu desenvolvimento econômico.

O texto precedente pode ser expresso corretamente pela proposição lógica

- (A)P.
- (B) $P \wedge Q$.
- (C) $P \rightarrow (Q \wedge R)$.
- (D) $(P \wedge Q) \rightarrow R$.

2. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

Considerando as proposições P: “A Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso.” e Q: “Fico feliz.”, assinale a opção que expressa **corretamente** a estrutura $P \rightarrow Q$. A

- (A)Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso e fico feliz.
- (B)Ou a Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso, ou fico feliz.
- (C)Se a Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso, fico feliz.
- (D)A Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso ou fico feliz.

3. VUNESP - APPGG (PREF SP)/PREF SP/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

Das alternativas a seguir, assinale a única que contém uma proposição lógica.

- (A)Existe alguém que está realizando o concurso e não estudou?
- (B)Todos os candidatos que estão realizando o concurso estudaram.
- (C)Carlos, participe do concurso!
- (D) $x - y \leq 12$.
- (E) $x + y > 7$.

4. IMPARH - PROF (FORTALEZA)/PREF FORTALEZA/LÍNGUA PORTUGUESA LITERATURA/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

Segundo a Wikipedia: “A lógica proposicional tem como objetivo modelar o raciocínio humano, partindo de frases declarativas (proposições)”. Uma proposição matemática é uma sentença declarativa, ou seja, que afirma ou nega um fato, a qual podemos atribuir um “valor verdade”, que pode ser verdadeiro ou falso. Perguntas, ordens, exclamações e paradoxos não são proposições matemáticas. Qual das seguintes sentenças é uma proposição matemática?

- (A)Esta semana tem 9 dias.



1. VUNESP - Ass Soc (Pref SBC)/Pref SBC/Secretaria de Educação/2023

Assunto: Informática - Windows 7

No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário estava editando uma imagem simples por meio do aplicativo acessório Paint e resolveu criar um novo arquivo.

Para criar um novo arquivo no Paint, o usuário pode usar o seguinte atalho por teclado:

- (A)Ctrl + A
- (B)Ctrl + T
- (C)Ctrl + J
- (D)Ctrl + O
- (E)Ctrl + N

2. VUNESP - AFT (JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

A imagem a seguir mostra o canto superior esquerdo da tela do programa Explorador de Arquivos, integrante do MS-Windows 10 em sua configuração padrão, que está sendo utilizado por um usuário para visualizar o conteúdo do disco rígido de seu computador:



Clicando com o mouse sobre as pastas que possuem um caractere especial precedendo seu nome, exatamente nas posições indicadas pelo sinal de interrogação (?), esse usuário percebeu que essas pastas, além de arquivos, também possuíam outras pastas internamente. Esse caractere especial é o

- (A)>.
- (B)+.
- (C)#.
- (D)@.
- (E)%.



1. VUNESP - Sec (CM Bady Bassit)/CM Bady Bassit/2023

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

O domínio dos conceitos de “Governo” e de “Administração Pública” é indispensável para compreensão de temas importantes do Direito Administrativo. Considerando o entendimento doutrinário sobre os institutos, é correto afirmar que

- (A) “Administração Pública” é sinônimo de Estado.
- (B) “Governo” é pessoa jurídica de direito público, titular de direitos e de obrigações.
- (C) “Administração Pública” é o complexo de órgãos estatais verticalmente estruturados sob direção do “chefe do Executivo”.
- (D) “Governo” pode ser entendido como atividade diretiva do Estado.
- (E) “Administração Pública” é o conjunto de órgãos e agentes estatais pertencentes ao Poder Executivo.

2. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

3. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Assinale a alternativa que relaciona corretamente o conceito com sua explicação.

- (A) Função normativa: é o conjunto de atividades e processos vinculados às missões jurisdicionais do Estado, por meio da aplicação concreta do direito para pacificação dos conflitos sociais.
- (B) Função jurisdicional: consiste na criação do direito novo por meio do exercício do poder de polícia administrativa do Estado.
- (C) Função administrativa: é o conjunto de atividades e ações desempenhadas pelos diversos órgãos estatais no cumprimento, entre outras, das missões de fomento, polícia administrativa e execução dos serviços públicos.
- (D) Função política: consiste na criação do direito novo por meio do exercício do poder extroverso estatal.
- (E) Função de gestão: consiste na composição pacífica dos litígios sociais, mediante a aplicação concreta da legislação vigente.

4. CEBRASPE (CESPE) - SUB PROC (MPCM PA)/TCM PA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

No direito administrativo brasileiro, o critério de estudo do direito administrativo mais comumente aceito é



1. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considere que os moradores de um bairro pretendem criar uma associação com o objetivo de promover atividades educativas para as crianças em idade pré-escolar, bem como intermediar as reivindicações da população local perante os órgãos do poder executivo e legislativo. A respeito da criação e do funcionamento dessa associação, com base na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

- (A) a associação também poderá ter a finalidade de promover a segurança do bairro e, assim, executar atividade paramilitar.
- (B) a criação da associação deverá ser precedida de autorização do Município, que poderá subsidiar o seu funcionamento.
- (C) caso seja expressamente autorizada, a associação terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (D) caso venha a desviar a sua finalidade e realizar atividades ilícitas, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida por ato do Poder Executivo.
- (E) como os serviços beneficiarão os moradores do bairro, a associação poderá constituir contribuição que será compulsoriamente cobrada dos beneficiários direto e indireto dos serviços.

2. VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 5o, XXIV, que “A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”. Também há previsão constitucional de desapropriação da propriedade urbana (CF, artigo 182, parágrafo 4o); de desapropriação da propriedade rural (CF, artigo 186) e de desapropriação de propriedade nociva, com a expropriação de glebas de terras em que sejam ilegalmente cultivadas plantas psicotrópicas (CF, artigo 243).

A desapropriação prevista no artigo 5o, XXIV, da Constituição Federal apresenta as seguintes características:

- (A) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem por ponto nodal a substituição da perda patrimonial por prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado, mas estabelece prévia e justa indenização em dinheiro.
- (C) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.
- (D) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.

3. VUNESP - GM (PREF PALMAS)/PREF PALMAS/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa que contempla uma hipótese em que um Guarda Municipal poderia adentrar em uma residência, sem consentimento do morador e sem que esteja violando a Constituição Federal.



1. CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE PA)/PGE PA/2022

Assunto: Direito Penal - Erro de Tipo

O erro de tipo essencial que recai sobre elementar impede que o agente saiba que está praticando o crime e

- (A) sempre exclui o dolo.
- (B) exclui o dolo e a culpa, se o erro for essencial vencível.
- (C) não exclui o dolo nem a culpa, se o erro for essencial vencível.
- (D) não exclui o dolo nem a culpa, se o erro for essencial invencível.
- (E) exclui o dolo, mas não a culpa, se o erro for essencial invencível.

2. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Tipicidade e Resultado

O juízo de valor no tipo penal é elemento

- (A) descritivo.
- (B) modal.
- (C) normativo.
- (D) científico.
- (E) subjetivo.

3. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Penal - Considerações Gerais sobre a Ilícitude e suas Excludentes

A respeito das hipóteses de exclusão de ilicitude, constantes do Código Penal, é correto dizer que

- (A) no estado de necessidade, ainda que seja razoável exigir o sacrifício do direito que se visou salvaguardar, o agente restará isento de pena.
- (B) a legítima defesa é justificável para repelir injusta agressão a direito próprio ou a direito alheio.
- (C) o estado de necessidade é justificável apenas para salvaguarda de direito próprio, não englobando direito alheio.
- (D) quando o agente age em estado de necessidade, legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, incorre em crime, mas restará isento de pena, desde que não caracterizado o excesso, doloso ou culposos.
- (E) a legítima defesa específica aos agentes de segurança pública, prevista no parágrafo único do art. 25, do Código Penal, aplica-se apenas quando em causa vítima de crime de extorsão mediante sequestro.

4. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Estado de Necessidade

André, verificando que sua esposa Francisca estava correndo risco de morte, invadiu, munido de faca, o posto de saúde local e de lá subtraiu ataduras, gases e medicamentos. Configurada a ação típica, o juiz o absolveu por entender presente uma das causas excludentes de ilicitude, que é

- (A) a legítima defesa.
- (B) o estado de necessidade.
- (C) o consentimento do ofendido.
- (D) o exercício regular de direito.
- (E) o estrito cumprimento de dever legal.



1. Instituto Consulplan - Adm (IF PA)/IF PA/2023

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

O propósito da ética é identificar regras que governem o comportamento humano e os “bens” que valem a pena buscar. As decisões éticas são guiadas por valores individuais ou princípios de conduta como, **EXCETO**:

- (A) Justiça.
- (B) Integridade.
- (C) Honestidade.
- (D) Individualismo.

2. FUNATEC - ASS (PALMEIRANTE)/PREF PALMEIRANTE/ADMINISTRATIVO II/2023 ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO - ÉTICA, MORAL, PRINCÍPIOS E VALORES

O ato do ser humano de estar constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas, reflete seu senso de:

- (A) Mexeriqueiro.
- (B) Eficiência.
- (C) Eficácia.
- (D) Ética.

3. FADESP - AFRE PA/SEFA PA/2022

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

A ética pode ser considerada como uma parte importante e antiga da filosofia que sofreu diversas abordagens ao longo dos séculos. Sobre os conceitos e os aspectos históricos da ética, analise as seguintes afirmações.

I. A ética estuda acerca da conduta humana para com a humanidade.

II. Bentham e Stuart Mill são filósofos da ética clássica e, em seus estudos, buscaram entender a interioridade do homem para descobrir a fonte pessoal da moralidade.

III. O filósofo Immanuel Kant, em sua obra lições de ética, apresenta o conceito do Imperativo Categórico, o qual defende que a ética é um dever moral que atinge a todos e não deve ser desobedecido independentemente das circunstâncias.

IV. Na Teoria da Justiça de Aristóteles, ética e política são noções que se complementam, pois ambas são necessárias para assegurar a felicidade dos indivíduos.

V. O existencialismo, o pragmatismo e o utilitarismo são correntes da ética contemporânea.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV apenas.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II e V apenas.
- (E) I, III, IV e V.

**1. Instituto CONSULPAM - AMMU (Pref Jacareí)/Pref Jacareí/2023**

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

A respeito da fiscalização do consumo de álcool ou outra substância psicoativa, cujos procedimentos devem ser adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes, nos termos da Resolução CONTRAN n.º 432, de 23 de janeiro de 2013, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Além de exame de sangue, exame laboratorial, teste em etilômetro e verificação dos sinais que indiquem alteração da capacidade psicomotora do condutor, poderão ser utilizados provas testemunhais, imagens, vídeos ou quaisquer outros meios de prova em direito admitido, devendo-se priorizar os exames laboratoriais para a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa no condutor.

(B) Comete a infração prevista no art. 165, do Código de Trânsito Brasileiro, o condutor cujo exame de sangue apresentar 0,05 mg/L no exame de sangue.

(C) Deverá ser autuado por infração prevista no art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro, o condutor que apresente sinais de alteração da capacidade psicomotora, obtidos na forma do art. 5, da Resolução CONTRAN n.º 432, de 23 de janeiro de 2013.

(D) Medida administrativa, em caso de confirmação da alteração da capacidade psicomotora do condutor em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, será a retenção do veículo, até apresentação de condutor habilitado, que será dispensado dos procedimentos fiscalizatórios.

2. INSTITUTO CONSULPAM - AMT (PREF IRAUÇUBA)/PREF IRAUÇUBA/2022

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

Qual dos itens abaixo NÃO é um procedimento correto para confirmação da alteração da capacidade psicomotora, em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, aos moldes da Resolução CONTRAN n.º 432/2013:

(A) Exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência.

(B) Teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro).

(C) Verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor, podendo ser utilizado prova testemunhal, imagem ou vídeo.

(D) Nos procedimentos de fiscalização, deve-se priorizar a utilização do exame de sangue.

3. FAUEL - CGM (PREF APUCARANA)/PREF APUCARANA/2022

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

A Resolução 432/2013 dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, para aplicação do disposto nos arts. 165, 276, 277 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a Resolução CONTRAN 432/2013.